

AIRR 700-80.2010.5.08.0000 – Publicação: DEJT 11.03.2011

Relator Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos

Agravante(s) Viação Forte Ltda.

Advogado Dr. Kleber Luiz da Silva Jorge

Agravado(s) Aprigio Antero Favacho Júnior

Advogado Dr. Kristofferson de Andrade Silva

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRESA DE TRANSPORTE PÚBLICO URBANO. REDUÇÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. VALIDADE CONDICIONADA AO PREENCHIMENTO DE REQUISITOS. APLICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 342 DA SBDI-1. NÃO PROVIMENTO.

1. O entendimento desta Corte, pacificado por meio da Orientação Jurisprudencial nº 342, II, da SBDI-1, é de que tem validade a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho que reduza o tempo mínimo do intervalo intrajornada de condutores e cobradores de veículos rodoviários de empresas de transporte público coletivo urbano, desde que garantida a redução da jornada para, no mínimo, sete horas diárias ou quarenta e duas semanais, não prorrogada, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem, não descontados da jornada.

2. No entanto, restando demonstrado que a jornada de trabalho do reclamante era de 7h 20 min., há de ser aplicado o item I da supracitada orientação jurisprudencial, o qual considera inválida a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho que objetiva reduzir o intervalo intrajornada, porque não observados os requisitos previstos no item II do mencionado verbete. 3. Encontrando-se a decisão regional em consonância com a Orientação Jurisprudencial nº 342, I, da SBDI-1, o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 333 e no artigo 896, § 4º, da CLT.

4. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

RR 132400-25.2007.5.24.0006 - Publicação: DEJT 23.09.2011

Relator: Min. Mauricio Godinho Delgado

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 24ª Região

Procurador Dr. Odracir Juarez Hecht

Recorrida: Expresso Queiroz Ltda.

Recorrido: Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Campo Grande

DECISÃO: , por unanimidade, conhecer do recurso de revista do Ministério Público do Trabalho da 24ª Região por violação do art. 71, caput, da CLT e por contrariedade a OJ 342/SBDI-I/TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para julgar procedente o pedido de número 7.2 contido na presente ação civil pública (fl. 20), com a respectiva aplicação de multa (*astreintes*), no valor fixado em sentença (fl. 188).

EMENTA: RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERVALO INTRAJORNADA. EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO. OJ 342, II/SBDI-I/TST. INAPLICABILIDADE. A teor da OJ 342, II/SBDI-1/TST, a concessão do intervalo intrajornada a motoristas e cobradores de veículos rodoviários de forma fracionada é válida, desde que haja a redução de uma hora na jornada de trabalho normal (perfazendo uma nova jornada de sete horas diárias ou quarenta e duas horas semanais), o que afasta sua aplicação na hipótese em que a convenção coletiva de trabalho prevê jornada diária e semanal superior a esse limite. Note-se que a jurisprudência, por exceção, acolheu a restrição do intervalo intrajornada, mas desde que compensada pela mais favorável jornada reduzida de sete horas ao dia ou 42 horas na semana. In casu, o Regional não consignou a existência dos requisitos fáticos descritos no item II da OJ 342/SBDI-1/TST, notadamente o tempo de redução da jornada ou carga horária semanal, impossibilitando, assim, a aplicação do entendimento nela consubstanciado à hipótese presente. Recurso de revista conhecido e provido.